Evidenciação das operações com crédito de carbono: estudo realizado nos relatórios da administração e nas notas explicativas das 42 empresas que compõem o Índice Carbono Eficiente (ICO2) listadas na BM&F BOVESPA no período de 2010.

TATIANA GESSER (UFSC) - THATY407@HOTMAIL.COM

Maria Denize Henrique Casagrande (UFSC) - denize_casagrande@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo tem por objetivo é identificar o nível de evidenciação nos Relatórios da Administração (RAs) e nas Notas Explicativas (NEs) das operações com Crédito de Carbono (C.C), relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado e; tributação. A amostra deste estudo é composta por 42 companhias que compõem o Índice Carbono Eficiente (ICO2) das ações mais negociadas na BM&F BOVESPA. O procedimento técnico adotado é documental, a natureza do objetivo é descritiva, a lógica da pesquisa é indutiva, a abordagem do problema é qualitativa, e a coleta de dados é secundária através do (RAs) e das (NEs) relativo ao período de 2010. Os resultados do estudo demonstram que as empresas não divulgam em seus relatórios informações sobre o tratamento contábil e tributário das operações com C.C.. As informações mais divulgadas referem-se aos projetos, tipo de projeto, forma de geração dos créditos e o custo deste investimento. Conclui-se que as informações evidenciadas nos RAs e NEs das empresas pesquisadas demonstram a negligência destas em adequarem suas informações sobre o impacto gerado ao meio ambiente, problemas em delimitar a existência de uma obrigação futura quanto ao direito de poluir, inconsistência das informações divulgadas, custo insuficiente ou não mensurável e reduzida transparência com relação aos danos provocados em suas demonstrações contábeis.

Palavras-chave: *Evidenciação. Operação com créditos de carbono. Relatório de administração. Notas explicativas.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Evidenciação das operações com crédito de carbono: estudo realizado nos relatórios da administração e nas notas explicativas das 42 empresas que compõem o Índice Carbono Eficiente (ICO₂) listadas na BM&F BOVESPA no período de 2010.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo é identificar o nível de evidenciação nos Relatórios da Administração (RAs) e nas Notas Explicativas (NEs) das operações com Crédito de Carbono (C.C), relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado e; tributação. A amostra deste estudo é composta por 42 companhias que compõem o Índice Carbono Eficiente (ICO₂) das ações mais negociadas na BM&F BOVESPA. O procedimento técnico adotado é documental, a natureza do objetivo é descritiva, a lógica da pesquisa é indutiva, a abordagem do problema é qualitativa, e a coleta de dados é secundária através do (RAs) e das (NEs) relativo ao período de 2010. Os resultados do estudo demonstram que as empresas não divulgam em seus relatórios informações sobre o tratamento contábil e tributário das operações com C.C.. As informações mais divulgadas referem-se aos projetos, tipo de projeto, forma de geração dos créditos e o custo deste investimento. Conclui-se que as informações evidenciadas nos RAs e NEs das empresas pesquisadas demonstram a negligência destas em adequarem suas informações sobre o impacto gerado ao meio ambiente, problemas em delimitar a existência de uma obrigação futura quanto ao direito de poluir, inconsistência das informações divulgadas, custo insuficiente ou não mensurável e reduzida transparência com relação aos danos provocados em suas demonstrações contábeis.

Palavras-chaves: *Evidenciação. Operação com créditos de carbono. Relatório de administração. Notas explicativas.*

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos.

1 INTRODUÇÃO

O aumento dos Gases do Efeito Estufa (GEE) reflete diretamente nas reações demonstradas pela natureza. O principal agravante desta situação é o homem que disponibiliza mais de 35,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) ao ano na atmosfera, sendo considerado o principal gás causador do aquecimento global. (ICB, 2011).

O Protocolo de Quioto surgiu da necessidade de reduzir a poluição lançada na atmosfera foi assinado em 1997, em Quioto, Japão, porém só entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. Trata-se de um tratado internacional que regulamenta a Convenção Quadros das Nações Unidas para Mudanças Globais do Clima (CQNUMC), tendo como objetivo a redução das taxas de emissão de GEE na atmosfera. Seu objetivo é que os países desenvolvidos reduzam as emissões dos GEE em 5% abaixo dos níveis de 1990 no período de 2008 a 2012. (MACIEL, COELHO, SANTOS, LAGIOIA, LIBONATI, MACÊDO, 2009).

Essas reduções são comercializadas através dos C.C com o objetivo de conter o aumento dos GEE. As reduções são negociadas pelas empresas através do mercado acionário evidenciando em suas demonstrações contábeis os projetos MDL aplicados a fim de alcançar as metas evitando, reduzindo ou sequestrando os GEE.

Iudícibus (2004, p. 129) afirma que a evidenciação é “um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. Através do RA é possível compreender melhor a situação da empresa, todavia que este apresenta informações relevantes que podem auxiliar os principais interessados na situação econômica financeira da entidade tornando-se fator determinante para continuarem ou não investindo na mesma.

O RA não faz parte das demonstrações contábeis, todavia a lei exige a fim de evidenciar os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros etc. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010). Apesar do RA não fazer parte das demonstrações contábeis é de essencial importância, pois permite apresentar maior detalhamento das práticas contábeis adotadas pela empresa aos usuários, sendo fator decisório para esclarecer dúvidas referentes ao desempenho desta, incentivando ou não o investimento dos usuários na mesma.

O objetivo das NEs consiste em divulgar informações sobre os procedimentos adotados para a construção das demonstrações financeiras e das práticas contábeis adotadas no Brasil que não são evidenciados em nenhuma outra parte das demonstrações contábeis, descrição dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, ônus sobre ativos, detalhamentos das dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos relevantes em outras empresas, eventos subsequentes importantes após a data do balanço dentre outros aspectos. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010). Percebe-se que as NEs tratam-se de informações adicionais que complementam as demonstrações financeiras previstas em lei transmitindo maior transparência, confiabilidade e detalhamento dos registros contábeis adotados e executados no decorrer do período analisado.

O Protocolo de Quioto permitiu a integração de países desenvolvidos e em desenvolvimento através dos projetos de MDL a fim de reduzirem as emissões de GEE. O fruto desta pareceria resultou no C.C negociado no mercado financeiro. Assim, a problemática desta pesquisa ficou resumida na seguinte questão problema: Identificar o nível de evidenciação nos Relatórios da Administração (RAs) e nas Notas Explicativas (NEs) das operações com Crédito de Carbono (C.C), relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado e; tributação?

Nesta perspectiva o objetivo geral desta pesquisa é: *Identificar o nível de evidenciação nos Relatórios da Administração (RAs) e nas Notas Explicativas (NEs) das operações com Crédito de Carbono (C.C), relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação que compõem o Índice Carbono Eficiente (ICO₂) no período de 2010.*

Para atender a este objetivo têm-se os seguintes objetivos específicos: identificar os projetos adotados pelas empresas; identificar os meios de financiamentos e mercado; identificar a tributação aplicada às operações com C.C.;

Esta pesquisa justifica-se através do levantamento dos artigos já publicados no período de 2000 a 2010, em treze periódicos vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e em cinco eventos da área de contabilidade no Brasil. O objetivo desta pesquisa teve o propósito de verificar se haviam publicações com tema semelhante, filtrou-se nos campos palavras-chave, resumo e título, as seguintes palavras: *crédito de carbono, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Protocolo de Quioto.*

Santos, Beuren e Rasch, em 2009 pesquisaram 14 empresas brasileiras de capital aberto com projetos de MDL aprovados pela Comissão Interministerial de Mudanças Global do Clima. Este estudo foi reaplicado adotando-se uma amostra composta por 42 empresas que compõem o ICO₂, criada pela BM&F BOVESPA no período de 2010, motivo pelo qual se tornou única, original e aplicável.

A viabilidade deste estudo objetiva-se através da extração de informações necessárias disponíveis no *sítio* da BM&F BOVESPA. Desta maneira a importância do tema justifica-se pela negligência das empresas em adequar suas informações sobre o impacto gerado ao meio ambiente, problemas em delimitar a existência de uma obrigação futura quanto ao direito de poluir, inconsistência das informações divulgadas, insuficiência de critérios de comparação entre o desempenho da mesma empresa em períodos diferentes ou de empresas diferentes do mesmo setor de atividade, custo insuficiente ou não mensurável, falta de clareza aos projetos, meios de

financiamentos e mercado; e tributação, reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em suas demonstrações contábeis.

A delimitação desta pesquisa restringe-se a evidenciar as informações nos RAs e NEs referente às operações com C.C. Adotaram-se como delimitação temporal empresas inseridas no ICO_2 no ano de 2010 listadas no *sítio* da BM&F BOVESPA. Já a delimitação espacial se refere às empresas brasileiras. As buscas dos RAs e nas NEs foram realizadas nos dias 21 e 25 de junho de 2011, sendo os mesmos baixados e salvos para serem posteriormente utilizados na análise de dados. Estando, assim, fora da análise às atualizações publicadas posteriormente a referida data. Os critérios adotados de enquadramento da amostra delimitam-se a: (i) RAs completos publicados e (ii) NEs completas publicados ambos disponíveis no *sítio* da BM&F BOVESPA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção procurou-se apresentar informações referentes ao protocolo de Quioto, crédito de carbonos, (ICO_2), projetos de C.C., financiamentos e mercado dos C.C., tratamento tributário dos C.C., pesquisas similares.

2.1 PROTOCOLO DE QUIOTO, CRÉDITO DE CARBONO E O ICO_2

O Protocolo de Quioto através da Convenção dividiu os países em dois grupos: os países desenvolvidos, conhecidos como países do Anexo I da CQNUMC e os países em desenvolvimento, denominados de países não pertencentes ao Anexo I. Os países do Anexo I são os países industrializados, que devem iniciar o combate às mudanças climáticas e seus efeitos. Enquanto os países em desenvolvimento são os menos industrializados, enquadrando-se nesta categoria o Brasil. Todos os países assinaram a Convenção, tanto os do Anexo I como os que não pertencem ao Anexo I, e ficaram conhecidos como as Partes da Convenção. Anualmente as Partes da Convenção discutem o que fazer para conter o aquecimento global e quais ações tomar em prol da preservação do meio ambiente. (BITO, 2006 *apud* SANTOS, BEUREN, e RAUSCH *et al.* 2009).

Segundo Araújo, 2007 (*apud* MACIEL, COELHO, SANTOS, LAGIOIA, LIBONATI E MACÊDO *et al.* 2009, p. 94) menciona que o Protocolo tem como “missão alcançar a estabilização da concentração de gases na atmosfera, reduzindo sua interferência no clima e, portanto, contribuindo para a sustentabilidade do planeta”. Para auxiliar o cumprimento das metas vigentes no Protocolo de Quioto estabeleceu três mecanismos: Comércio de Emissões (CE); Implementação Conjunta (IC); e, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os dois primeiros permitem que os países do Anexo I negociem entre si até 10% da redução de suas emissões. (PEREIRA, NOSSA e NOSSA, 2009). Desta forma, percebe-se que o comércio de emissões e a implantação conjunta não são aplicáveis ao Brasil por estarem inseridos aos países não pertencentes ao Anexo I motivo pelo qual se justifica apenas a adoção de projetos de MDL, que permitem que países em desenvolvimento estimulem o desenvolvimento sustentável dos países não desenvolvidos.

Por último temos o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que se refere aos créditos gerados por atividades de redução de emissões de um país desenvolvido, num país em desenvolvimento. O MDL foi concebido para incentivar os países industrializados a exportar a melhor tecnologia limpa. (PEREIRA, NOSSA E NOSSA, 2009). Através do MDL os países que não conseguem cumprir suas metas podem financiar projetos ou desenvolver projetos para atender as necessidades produtivas em países em desenvolvimento a fim de alcançar o equilíbrio.

Os C.C. surgiram a partir da elaboração e assinatura da CQNUMC. Preocupados com as mudanças climáticas, o aceleramento do aquecimento global na atmosfera e suas conseqüências para a humanidade, 175 países assinaram a CQNUMC em junho de 1992. (SISTER, 2007 *apud* SANTOS, BEUREN, e RAUSCH *et al.* 2009). Entende-se o C.C. como um produto de negociação que permite equilibrar a quantidade de emissão gerada por determinada entidade.

A BM&F BOVESPA e o BNDES lançaram em 2010 o Índice Carbono Eficiente (ICO_2), que mede o retorno de uma carteira teórica constituída por ações de empresas do IBRX-50

(composto pelas 50 ações mais negociadas na Bolsa) que aderiram à iniciativa. (BM&F BOVESPA, 2010). Através deste índice pode-se verificar as empresas que se preocupam em implantar e desenvolver projetos capazes de reduzirem as quantidades de GEE lançadas diariamente na atmosfera.

2.1 PROJETOS DE CRÉDITO DE CARBONO

O processo de desenvolvimento de um projeto de MDL exige o cumprimento de requisitos que comprovem a redução, ou remoção, e/ou que evite a emissão de GEE a fim de obter a RCEs. As fases para implementar um projeto de MDL e utilizar os C.C. gerados são: elaboração de documento de concepção de projeto (DCP) pelos participantes do projeto; validação pela Entidade Operacional Designada (EOD); aprovação pela Autoridade Nacional Designada (AND); registro pelo Conselho Executivo; monitoramento realizado pelos participantes do projeto; verificação/certificação da redução de emissões resultantes do projeto realizado pelo EOD; e emissão pelo Conselho Executivo do MDL das reduções certificadas de emissões (RCEs). (RIBEIRO, 2005 apud SANTOS, BEUREN, e RAUSCH *et al.* 2009).

Para implantação dos projetos de MDL são elaborados estudos para atender as necessidades de cada entidade, após a identificação e o aprovação do projeto pelos órgãos competentes é possível negociar ou apenas suprir as necessidades iniciais da entidade para a geração de C.C.. Outrossim, relacionados aos projetos é que são atrativos devido ao baixo custo quando desenvolvido nos países não participantes do Anexo I.

2.2 FINANCIAMENTOS E MERCADO DOS CRÉDITOS DE CARBONO

O financiamento de um projeto de MDL conta com o auxílio de instituições financeiras internacionais e nacionais e fundos, tais como: *Mitsubishi Securities* (recursos do governo do Japão), *Barclays Capital*, Banco ABN Amro Real S/A, *Sumitomo Mitsui Banking Corporation*, *Prototype Carbon Fund* (fundo global dedicado à compra de reduções de emissão de gases de efeito estufa, pelo Banco Mundial), BNDES, FINEP e Caixa Econômica Federal (ARAUJO, 2007; MCT, 2008 apud SANTOS, BEUREN, e RAUSCH *et al.* 2009). Salienta-se que os projetos também podem ser implantados com recursos próprios da entidade.

As negociações com C.C. podem ocorrer por meio de bolsas de valores ou entre as partes envolvidas. As negociações entre as partes interessadas das RCEs que podem ser sob três formas: a primeira consiste na emissão das RCEs pelo Conselho Executivo do MDL ao titular do projeto que irá efetuar a venda das RCEs, após ter decidido o comprador. A segunda trata-se de cessão que consiste na negociação entre a entidade geradora das RCEs e a que pretende obtê-las em momento posterior ao desenvolvimento e implementação do projeto de MDL ou após a emissão das RCEs. A terceira consiste na negociação das RCEs entre as partes interessadas, antes mesmo da sua emissão pelo conselho executivo. De fato, antes mesmo da implementação do projeto, tratando-se, portanto, de uma promessa de cessão futura. (SISTER, 2007 apud SANTOS, BEUREN, e RAUSCH *et al.* 2009). Caso a entidade não possua quantidade suficiente para negociação no mercado financeiro esta poderá utilizar os créditos sem que seja obrigatória sua comercialização na bolsa de valores.

2.3 TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DOS CRÉDITOS DE CARBONO

Segundo Peleias, Bito, Rocha, Pereira, Segreti (2007) no que tange a natureza jurídica observa-se duas classificações para os C.C.: a primeira conceitua-o como ativo intangível, e o segundo como um valor mobiliário ou derivativo. Sobre a regulação das transações de C.C, Rei e Cunha (2005) apud PELEIAS, BITO, ROCHA, PEREIRA E SEGRETI, *et al.* (2007) às transações de RCEs realizadas no Brasil, possibilita qualificar RCEs como *commodities* ou valores mobiliários, permitindo sua comercialização em bolsa de valores ou futuros, além da negociação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como ente público dotado de fiscalização e gestão.

Souza e Miller (2003) apud PELEIAS, BITO, ROCHA, PEREIRA, SEGRETI *et al.* (2007) compreendem as operações de RCEs têm natureza jurídica controvertida e entendimentos discrepantes de duas correntes: o caráter de derivativos, em razão do entendimento da existência de hedge, sendo este a compra dos certificados para cumprir, como meio alternativo, as metas impostas. A outra corrente diverge-se por adotar a contrato de compra e venda RCE de um ativo intangível. Assim, nada impediria que o negócio jurídico de venda e compra não recaísse sobre um bem físico.

Receita Federal (2008) apud SANTOS, BEUREN, RAUSCH *et al.* (2009) apresenta uma solução de consulta da Secretaria da Receita Federal nº. 59, de 10/03/2008 na qual há o entendimento de que a receita relativa à cessão para o exterior de direitos relativos à C.C. (Protocolo de Quioto) está sujeita ao percentual de 32% para fins de apuração de base de cálculo de IRPJ pela sistemática do lucro presumido; e está isenta de Pis e Cofins para cujo pagamento represente ingresso de divisas. O Banco Central possui uma Circular nº. 3.291, de 08/09/2005 que classifica as operações com C.C. como receita de exportação de serviços. Esta Circular serviu como meio para internalizar os recursos decorrentes das vendas de RCEs.

Em relação à incidência de tributos, Almeida (2005) e Carleto, Silva e Brito (2007) apud SANTOS, BEUREN, RAUSCH, *et al.* (2009) entendem que há incidência de imposto de renda e contribuição social, que não há incidência de Pis e Cofins devido à exportação e que não há tributação de ISS e ICMS por não ser uma prestação de serviços e nem receita de vendas de mercadorias. Quanto à IOF, a mesma deve ser analisada caso os C.C. venham a ser considerados como derivativos.

2.4 PESQUISAS SIMILARES

Após a leitura dos artigos que auxiliaram o processo de construção deste referencial teórico percebeu-se que apenas 6 (seis) poderiam contribuir para a presente pesquisa por possuírem similaridade ao analisar a comercialização, tratamento tributário referente às operações com C.C., conforme se pode verificar no Quadro 1.

PERIÓDICOS OU EVENTOS	TÍTULOS	AUTORES	ANO
Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação	Tratamento contábil dos projetos de Crédito Carbono no Brasil: um estudo exploratório	Peleias, Bito, Rocha, Pereira e Segreti.	2007
Revista de Informação Contábil	Crédito de carbono: comercialização e contabilização a partir de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo	Maciel, Coelho, Santos, Lagioia, Libonati e Macêdo.	2009
Contabilidade Vista & Revista	Momento de Reconhecimento da Receita Proveniente da Venda de Créditos de Carbono: o Caso de uma Operadora de Aterro Sanitário no Estado do Espírito Santo	Pereira, Nossa e Nossa.	2009
Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente	O Mercado de Carbono regulado Brasileiro e as formas de comercialização de projeto de MDL: Barreiras e perspectivas em uma empresa de papel na Bahia	Souza, Costa, Andrade, e Farias.	2010
Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente	Evidenciação das Operações com Créditos de Carbono nos Relatórios da Administração e Notas Explicativas	Santos, Beuren, e Rausch.	2009
Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente	Contabilização dos Créditos de Carbono por Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Uhlmann, Rossato e Pfitscher.	2009

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 1: Artigos selecionados para o referencial teórico, publicados nos periódicos e eventos

Selecionaram-se 6 (seis) artigos para o referencial teórico para embasamento desta pesquisa de acordo com o critério da similaridade.

Peleias, Bito, Rocha, Pereira e Segreti (2007), pesquisaram o tratamento contábil adotado para os C.C por empresas que desenvolveram ou estão desenvolvendo projetos aprovados ou em fase de aprovação pela ONU. O artigo possui similaridade ao analisar o tratamento contábil utilizado para os C.C., entretanto difere no local, todavia que pesquisou 109 empresas brasileiras com projetos aprovados ou em vias de aprovação, listadas em 27 de maio de 2006 na lista de projetos de MDL divulgada no sítio da UNFCCC (UNFCCC, 2006) e não focou o nível de evidenciação nos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação das empresas que compõem o ICO_2 objeto de estudo desta pesquisa.

Maciel, Coelho, Santos, Lagioia, Libonati e Macêdo (2009), abordaram a comercialização e contabilização dos C.C. através de projeto de MDL e seus reflexos no patrimônio das empresas. O artigo possui similaridade, entretanto difere no local, todavia é desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica e não focou o nível de evidenciação nos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; tributação das empresas que compõem o ICO_2 objeto de estudo desta pesquisa.

Pereira, Nossa e Nossa (2009), investigaram o momento de reconhecimento da receita proveniente da venda de C.C.. O artigo apresenta similaridade, entretanto difere no local e trata-se de um estudo de caso de uma empresa gerenciadora de um aterro sanitário no Estado do Espírito Santo. Difere-se por não focar o nível de evidenciação nos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação das empresas que compõem o ICO_2 objeto de estudo desta pesquisa.

Souza, Costa, Andrade, e Farias (2010), estudaram como os C.C. são negociados pelas empresas brasileiras no âmbito do mercado de carbono regulado brasileiro e quais as implicações nessas relações comerciais. O presente artigo possui similaridade, pois auxilia na compreensão de como ocorre à comercialização do C.C. no mercado brasileiro o que permitiu identificar a falta de regulamentação tributária pelas entidades responsáveis. Entretanto difere-se por não apresentar abordagem em relação ao nível de evidenciação nos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação das empresas que compõem o ICO_2 objeto de estudo desta pesquisa.

Santos, Beuren, e Rausch (2009), identificaram o nível de evidenciação nos RAs e NEs das operações com C.C. relacionados aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação. O artigo possui similaridade, pois tratam das operações com C.C. relacionados aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação. Entretanto, difere-se no local e justifica-se sua similaridade por analisar o conteúdo dos RAs e das NEs. No entanto difere-se no período de coleta dos dados, análise dos dados e na seleção da amostra.

Uhlmann, Rossato e Pfitscher (2009), procuram identificar os eventos ambientais de caráter econômico-financeiros relacionados à atividade do projeto de MDL que afetaram o patrimônio da entidade; investigar a forma de contabilização dos recursos despendidos no desenvolvimento e implantação do projeto de MDL; investigar o tratamento contábil atribuído aos C.C. gerados durante o período de crédito 2001-2008. Este estudo foi realizado em uma companhia de beneficiamento de arroz localizada no Rio Grande do Sul. Difere-se porque não focou a evidenciação dos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado de carbono; e tributação, que compõem ICO_2 objeto de estudo desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

A natureza do objetivo é descritiva, ou seja, tem como principal objetivo “descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” Gil (2002, p. 42). A pesquisa descritiva auxilia o pesquisador a resolver o problema baseado na observação do fenômeno. Já a pesquisa documental de acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 176), resume-se “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias

A lógica da pesquisa é classificada como indutiva, isto é, trata-se de um estudo de evidência do ICO_2 dos relatórios estudados. De acordo com a definição apresentada por Marconi e Lakatos (2009, p. 86), tem-se que a “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”.

Portanto a pesquisa se subdivide na coleta de dados e na abordagem do problema. A coleta de dados é secundária por serem extraídos nos RAs e NEs cujas informações já receberam tratamento adequado anteriormente. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 185), as fontes secundárias abrangem “[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]”. Abordagem do problema será qualitativa porque se buscou interpretar e extrair as principais informações contidas nos relatórios que possam contribuir para responder a questão problema deste estudo. De acordo com Richardson (2008, p. 79), compreende-se que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Nesse sentido, é possível explicar situações complexas através de parâmetros observados tais como nível cultural, localização da região em estudo, meios de comunicação disponíveis etc.

A última etapa trata do procedimento técnico da pesquisa que é documental, pois foram feitos *downloads* de todos os RAs e das NEs no período de 2010. De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 176), “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

3.1 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA

Realizou-se um levantamento dos artigos publicados que tratam do nível de evidência nos RAs e nas NEs das operações com C.C., relacionadas aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação.

A pesquisa bibliográfica realizou-se em 13 (treze) periódicos e 5 (cinco) eventos caracterizados importantes na área contábil no período de 2000 a 2010. A descrição do material coletado nos periódicos e eventos investigados encontra-se no Quadro 2. A Revista de Informação Contábil (RIC) referente ao ano de 2010 e CBC referente ao ano de 2010, Revista Contemporânea de Contabilidade referente ao ano de 2010 e o Simpósio referente aos anos de 2007 e 2009 estavam indisponível para consulta.

Periódicos e eventos	Quantidade de Artigos											Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
ANPCONT									0	0	0	0
Congresso USP		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brazilian Business Review					0	0	0	0	0	0	0	0
Revista BASE					0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Contabilidade e Organizações								0	0	0	0	0
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis				0	0	0	0	0	0	0	0	0
Universo Contábil						0	0	0	0	0	0	0
Contabilidade Vista & Revista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Contabilidade & Finanças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Brasileira de Gestão e Negócios					0	0	1	0	0	0	0	1
Revista de Informação Contábil								0	0	1		1
Revista de Contabilidade da UFBA								0	0	0	0	0
Revista Contabilidade & Controladoria										0	0	0
Revista Contemporânea de Contabilidade					0	0	0	0	0	0		0
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Enanpad	0	0	0	0	0	2	3	2	1	2	7	17
Simpósio							0		1		0	1
Congresso Brasileiro de Custos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		1
Congresso Internacional de Custos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engema								11		5	12	28
TOTAL DE ARTIGOS	0	0	0	0	0	2	4	13	3	9	19	50

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 2: Artigos sobre crédito de carbono, publicados nos periódicos e eventos

A revisão da literatura é composta por 13 (treze) periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação recomendados pela Capes em Ciências Contábeis em nível de Mestrado ou Doutorado que são: *Brazilian Business Review (BBR)* – FUCAPE, Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE) – Unisinos, Revista Contabilidade e Organizações (RCO) – USP-RP, Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis – UERJ, Revista Universo Contábil – FURB, Contabilidade Vista & Revista UFMG, Contabilidade & Finanças – USP, Revista Brasileira de Gestão e Negócios (RBGN) – UNIFECAP, Revista de Informação Contábil (RIC) – UFPE, Revista de Contabilidade da UFBA – UFBA, Revista Contabilidade & Controladoria – UFPR, Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC) – UFSC, UNB Contábil (atual Contabilidade, Gestão e Governança) – UNB. Justifica-se a escolha desses periódicos pelo fato de integrarem-se aos Programas de Pós-Graduação contribuindo para o incentivo e exploração da pesquisa científica na área contábil.

Fez-se necessário ampliar a busca selecionando também os seguintes eventos: Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (EnANPAD), e Congresso Brasileiro de Custos (CBC), Congresso Internacional de Custos (CIC), Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - Engema. Justifica-se esta opção devido ao baixo número de publicações nos periódico analisados que não foram suficientes para proporcionar embasamento teórico para elaboração deste trabalho.

Os artigos foram selecionados através do sítio dos referidos periódicos e nos anais dos eventos disponíveis em meio *online*, abrangendo o período de 2000 a 2010. O objetivo consiste em verificar se haviam publicações com tema semelhante desta maneira selecionou-se os artigos por meio de palavras-chave no título, no resumo e nas palavras-chave do artigo, sendo estas: *crédito de carbono*, *Protocolo de Quioto*, *mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)*.

Diante desses critérios, foram identificados 3 (três) artigos científicos distribuídos entre 13 (treze) periódicos e 47 (quarenta e sete) artigos científicos distribuídos nos eventos citados. Portanto analisou-se no total 50 (cinquenta) artigos selecionados conforme apresentado no Quadro 2: Artigos sobre C.C., publicados nos periódicos e eventos. Após leitura identificou-se 6 (seis) artigos alinhados ao tema de pesquisa, portanto selecionados para compor o referencial teórico.

3.2 POPULAÇÃO DA PESQUISA

A população desta pesquisa foi composta pelas 50 empresas listadas na BM&F BOVESPA que compõem a carteira do IBrX e que se classificam quanto à natureza jurídica em Sociedades Anônimas. No Quadro 3 apresentam-se as empresas que compõem a população desta pesquisa.

Qtd e	Nome completo	Qtd e	Nome completo	Qtd e	Nome completo	Qtd e	Nome completo	Qtd e	Nome completo
1	All - América Latina Logística S/A	11	BRF - Brasil Foods S/A	21	CPFL Energia S/A	31	JBS S/A	41	OGX Petróleo e Gás Participações S/A
2	B2W Cia Global do Varejo	12	Brookfield Incorporações S/A	22	Cyrela Brazil Realty S/A Empr e Parts	32	Klabin S/A	42	PDG Realty S/A Empreend. e Participações
3	Banco Bradesco S/A	13	CCR S/A	23	Duratex S/A	33	Light S/A	43	Redecard S/A
4	Banco Brasil S/A	14	Centrais Elétricas Brasileiras S/A	24	Eletrobrás Participações S/A - Eletropar	34	Llx Logística S/A	44	Rossi Residencial S/A
5	Banco Santander S/A	15	Cesp - Cia Energ. de São Paulo	25	Embraer – Emp. Bras. Aeronáutica S/A	35	Lojas Americanas S/A	45	Souza Cruz S/A
6	BMF Bovespa S/A Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros	16	Cia Energ. Minas Gerais - Cemig	26	Fibria Celulose S/A	36	Lojas Renner S/A	46	Tam S/A
7	Bradespar S/A	17	Cia. Paranaense de Energia – Copel	27	Gafisa S/A	37	Marfrig Frigoríficos e Com. Alimentos S/A	47	Tim Participações S/A
8	Brasil Ecod. Ind. Com. Bioc. Óleos Veg. S/A	18	Cielo S/A	28	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A	38	MMX Mineração e Metálicos S/A	48	Ultrapar Participações S/A
9	Brasil Telecom S/A	19	Cia de Bebidas Das Américas - Ambev	29	Itaú Unibanco Holding S/A	39	MRV Engenharia e Participações S/A	49	Vale S/A
10	Braskem S/A	20	Cosan S/A Indústria e Comércio	30	Itaúsa - Investimentos Itaú S/A	40	Natura Cosméticos S/A	50	Vivo Participações S/A

Fonte: Adaptado do sítio da BM&F BOVESPA

Quadro 3: Lista de empresas pesquisadas

3.3 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra será composta por 42 empresas apresentadas no quadro 4 tendo em vista que existem empresas que aderiram à iniciativa, mas não participam da primeira carteira teórica do ICO₂ porque não pertencem ao IBrX-50 que são: Braskem S.A, Cia Paranaense de Energia – Copel, CPFL Energia S.A., Duratex S.A, Klabin S.A., Light S.A., Ultrapar Participações S.A., Souza Cruz S.A. No Quadro 4 apresentam-se as empresas objeto de estudo desta pesquisa e o respectivo setor de atuação das mesmas.

Qtde	Nome completo	Qtde	Nome completo	Qtde	Nome completo	Qtde	Nome completo
1	All - América Latina Logística S/A	12	CCR S/A	23	Gafisa S/A	34	Natura Cosméticos S/A
2	B2W Cia Global do Varejo S/A	13	Centrais Elétricas Brasileiras S/A	24	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A	35	OGX Petróleo e Gás Participações S/A
3	Banco Bradesco S/A	14	Cesp - Cia Energética de São Paulo	25	Itaú Unibanco Holding S/A	36	PDG Realty S/A Empreend. e Participações
4	Banco Brasil S/A	15	Cia Energ. Minas Gerais - Cemig	26	Itaúsa - Investimentos Itaú S/A	37	Redecard S/A
5	Banco Santander S/A	16	Cielo S/A	27	JBS S/A	38	Rossi Residencial S/A
6	BMF Bovespa S/A Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros	17	Cia de Bebidas das Américas-Ambev	28	Llx Logística S/A	39	Tam S/A
7	Bradespar S/A	18	Cosan S/A Indústria e Comércio	29	Lojas Americanas S/A	40	Tim Participações S/A
8	Brasil Ecod. Ind. Com. Bioc. Óleos Vegetais S/A	19	Cyrela Brazil Realty S/A Emprs e Parts	30	Lojas Renner S/A	41	Vale S/A
9	Brasil Telecom S/A	20	Eletrobrás Participações S/A - Eletropar	31	Marfrig Frigoríficos e Com. Alimentos S/A	42	Vivo Participações S/A
10	BRF - Brasil Foods S/A	21	Embraer - Emp. Brasileira Aeronáutica S/A	32	MMX Mineração e Metálicos S/A		
11	Brookfield Incorporações S/A	22	Fibria Celulose S/A	33	MRV Engenharia e Participações S/A		

Fonte: Adaptado do sítio da BM&F BOVESPA

Quadro 4: Lista de empresas pesquisadas

3.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

No estudo foram coletados dados de fontes secundárias, sendo estas as informações extraídas dos RAs e das NEs. Portanto o procedimento técnico é documental. Os RAs e as NEs das empresas analisadas foram obtidos através do sítio da BM&F BOVESPA em 2010. Segundo Santos, Beuren, Rausch, (2009) a coleta de dados realizou-se por meio de análise de conteúdo nos RAs e das NEs. Para todos os termos buscaram-se elementos específicos, conforme o Quadro 5.

Termos	Elementos
Projetos	Modalidade do projeto
	Tipo de projeto
	Fases do projeto do MDL
	Quantidade tCO ₂ gerada
	Forma de geração dos créditos de carbono
	Custo para implantação do projeto/custo do investimento
Financiamentos e mercados de carbono	Forma de financiamentos (recursos próprios/terceiros)
	Instituição financeira no qual financiou o projeto
	Quem são os compradores
	Valor das vendas
	Tipo de mercado (protocolo de Quioto ou não Quioto)
	Forma de negociação (bolsa de valores ou não)
Tributação dos créditos de carbono	Natureza Jurídica
	Incidência de IRPJ e CSLL
	Incidência de PIS e COFINS
	Incidência de IOF

	Incidência de ICMS
	Incidência de ISS

Fonte: Extraído de Santos, Beuren, Rausch, (2009, p. 8)

Quadro 5: Relação dos termos e elementos pesquisados

Para o preenchimento das quatro tabelas de objetivos específicos adotou-se “zero” para nenhuma informação sobre o elemento de pesquisa e “um” para informações encontradas sobre o elemento de pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentam-se a descrição e análise dos dados referentes aos elementos evidenciados pela empresas brasileiras que compõem ICO₂.

4.1 Informações sobre os projetos de crédito de carbono

Utilizou-se com referência o termo: *projeto* para identificar os elementos relacionados aos projetos de C.C. que eram evidenciados no RAs e nas NEs das empresas pesquisadas. Segue a apresentação dos resultados encontrados de acordo com a Tabela 1 e Tabela 2.

Tabela 1: Elementos relacionados aos projetos dos C.C. de 1 a 21

Projetos dos créditos de carbono Elementos pesquisados	Empresas																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Modalidade do projeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de projeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Fases do projeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade tCO ₂ geradas e/ou evitadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de geração dos créditos de carbono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Custo do investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

As Tabelas 1 e 2 foram divididas em duas partes a fim de facilitar a visualização dos dados da pesquisa. Para atender ao primeiro objetivo específico buscou-se analisar a modalidade, tipo e as fases do projeto, quantidade tCO₂ geradas e/ou evitadas, forma de geração dos créditos de carbono e o custo do investimento.

Tabela 2: Elementos relacionados aos projetos dos créditos de carbono de 22 a 42

Projetos dos créditos de carbono Elementos pesquisados	Empresas																				
	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42
Modalidade do projeto	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de projeto	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Fases do projeto	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade tCO ₂ geradas e/ou evitadas	1	0	0	0		0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de geração dos créditos de carbono	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo do investimento	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Das 42 companhias pesquisadas, trinta e quatro delas não apresentaram nenhuma informação em seus RAs e NEs referente ao projeto de geração de C.C.; oito delas evidenciaram algumas informações. No item analisado referente à *modalidade de projeto* constatou-se que se trata de projetos de MDL, porém, a companhia que afirmaram esta informação foram à empresa 10

denominada BRF - Brasil Foods S.A e a empresa 27, denominada JBS S.A as demais se subentendem a adoção nestes relatórios porque os projetos de mecanismo limpo só podem ser aplicados em países em desenvolvimento como o Brasil, porém, não o mencionaram estas informações de maneira transparente. Já a empresa 22 denominada Fibria Celulose S.A em suas NEs evidenciou-se um mecanismo que não pode ser classificado por se desenvolver em país em desenvolvimento ou não anexo I.

Quanto ao *tipo de projeto* verificou-se que a empresa 10, denominada BRF - Brasil Foods S.A, apresentava projeto de biodigestores para redução do impacto dos dejetos da suinocultura. A empresa 17, denominada Companhia de Bebidas das Américas-Ambev quanto ao *tipo de projeto* apresentado demonstra a diversificação da matriz energética, instalando novas caldeiras de biomassa que representam 25% da energia utilizadas nas fábricas do país. A empresa 21, denominada Embraer - Empresa Brasileira Aeronáutica S.A, apresenta vários *tipos de projetos* que contribuem com a redução de GEE que são: Programa Embraer de Coleta Seletiva, Programa de Qualificação de Fornecedores Nacionais e Internacionais, Programa de Recursos Naturais, Programa de Emissões Atmosféricas, Programa de Monitoramento de Efluentes domésticos e industriais, Programa de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa que são submetidos a órgão ambiental para validação.

A empresa 22, denominada Fibria Celulose S.A, não apresentou informação referente ao *tipo de projeto* adotado para redução de GEE. A empresa 26, denominada Itaúsa - Investimentos Itaú S.A, o *tipo de projeto* apresentando tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. A empresa 27, denominada JBS S.A, o *tipo de projeto* adotado é reciclagem dentro e fora da companhia e programas de redução de emissões de GGE C.C./RECs através do tratamento de efluentes. A partir deste projeto, Companhia estruturou um programa de sustentabilidade com o objetivo de mitigar os riscos de mudanças do clima. Este mecanismo consiste na recuperação de subprodutos gerados a partir da atividade industrial do frigorífico, que transforma o que seria resíduo em matéria-prima. A empresa 31, denominada Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A, adotou o tipo de projeto de sistema de biodigestores para tratamento de dejetos suínos que é o maior e mais moderno do Brasil. A empresa 34, denominada Natura Cosméticos S.A, o *tipo de projeto* adotado é o Programa de Carbono Neutro cuja meta de redução é de 33% as emissões relativas de GEEs em toda nossa cadeia produtiva.

Análise da *fase de projeto* das oito empresas pesquisadas apenas a JBS S.A esta com seu projeto Registrado junto ao Comitê Executivo de MDL da ONU. As demais se encontram na fase de concepção do projeto. Referente à *quantidade tCO₂ geradas e/ou evitadas* a empresa 31, denominada Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A, é capaz de reduzir o equivalente a 73 mil toneladas de CO₂ ano para a atmosfera através de seu projeto, o que corresponde ao plantio e preservação de 15 milhões de árvores nativas ou 6.820 hectares de reflorestamento. A empresa 34, denominada Natura Cosméticos S.A, no final de 2010, atingiu uma redução total de 21%. As demais empresas não apresentaram resultados que evidenciassem a quantidade de CO₂ gerada ou evitada.

A *forma de geração dos C.C.* está diretamente ligada com o tipo de projeto adotado pela companhia que permite reduzir, evitar e/ou seqüestrar C.C. na atmosfera. O *custo do investimento* evidenciado pela empresa 10, denominada BRF - Brasil Foods S.A, para implantação de biodigestores em 31/12/2010 foi de R\$ 83.895,00 e para a infra-estrutura dos criadores em 31/12/2010 foi de R\$ 562.474,00. A empresa 21, denominada Itaúsa - Investimentos Itaú S.A controla a Duratex que destinou R\$ 17,6 milhões para ações em benefício do meio ambiente, envolvendo principalmente o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. As demais companhias não evidenciaram o *custo do investimento* aplicado para reduzir a emissão de GEE.

4.2 Informações sobre financiamentos e mercado dos créditos de carbono

Utilizou-se como referência o termo: *financiamentos e mercado de C.C.* e procurou-se identificar se existia ou não alguma informação a respeito da forma de financiamento das operações com C.C. das companhias através da Tabela 3 e 4.

Tabela 3: Elementos relacionados ao financiamento e mercado dos C.C. de 1 a 21

Financiamentos e mercados de carbono	Empresas																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Elementos pesquisados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de financiamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Instituição financeira no qual financiou	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compradores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das vendas e/ou qtde vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de mercado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

As Tabelas 3 e 4 foram divididas em duas partes a fim de facilitar a visualização dos dados da pesquisa. Para atender ao segundo objetivo específico buscou-se analisar a forma de financiamentos; a instituição financeira no qual financiou; compradores; valor das vendas e/ou qtde vendidas; tipo de mercado; e a forma de negociação.

Tabela 4: Elementos relacionados ao financiamento e mercado dos C.C. de 22 a 42

Financiamentos e mercados de carbono	Empresas																				
	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42
Elementos pesquisados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de financiamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituição financeira no qual financiou	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compradores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das vendas e/ou qtde vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de mercado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Forma de negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Apenas a empresa 10 denominada BRF - Brasil Foods S.A, apresentou a forma de *financiamento* utilizado para a implantação do projeto que neste caso foi através de recursos de terceiros e a instituição financiadora foi o BNDES. As demais empresas não apresentaram a forma de financiamento muito menos a informações referentes à instituição financiadora utilizada. No que se referem aos elementos pesquisados tais quais *compradores, valor de vendas e/ou quantidades vendidas, tipo de mercado e forma de negociação* não se obtiveram informações no RAs e nas NEs.

4.3 Informações sobre a tributação dos créditos de carbono

Utilizando-se o termo: *tributação*, procurou-se identificar como eram tributadas as operações com C.C. no RAs e nas NEs das empresas pesquisadas. Para atender ao terceiro objetivo específico buscou-se analisar a natureza jurídica, a incidência de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF, ICMS e ISS.

Em relação aos aspectos tributários, nenhuma informação foi encontrada nos RAs e nas NEs das empresas. Motivo este que justifica a exclusão da tabela neste campo, pois seus resultados encontram-se zerados o que impossibilita ao usuário da informação de conhecer qual tratamento que esteja sendo aplicado.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

O estudo objetivou identificar o nível de evidenciação nos RAs e NEs a respeito das operações com C.C. relacionados aos projetos, meios de financiamentos e mercado; e tributação. Pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, por meio de análise documental, foi realizada em uma amostra que compreende as 42 empresas que compõem o ICO₂ no período de 2010. Para a coleta dos dados aplicou-se a técnica da análise de conteúdo nos RAs e nas NEs dessas empresas no período de 2010.

Os resultados da pesquisa mostram que o nível de evidenciação sobre os *projetos de C.C.* nos RAs e NEs das empresas é baixo. Dentre as 42 empresas, 34 não evidenciaram nenhuma informação a respeito e 8 informaram algo. Dos itens evidenciados, os mais encontrados foram referente ao *tipo de projeto e forma de geração dos créditos e o custo do investimento*. Evidenciou que há diversas formas de geração dos C.C. desenvolvidos pelas empresas brasileiras que compõem o ICO₂. Os *custos do investimento* variam de acordo com as necessidades de cada projeto. Há também projetos em diferentes etapas de desenvolvimento, desde a etapa inicial de elaboração do documento de concepção do projeto até alguns em fase final, que é a emissão das RCEs pelo conselho executivo do MDL.

Sobre o *financiamento e mercado dos C.C.*, apenas duas empresas evidenciaram algumas informações em seus RAs e nas NEs. A respeito dos *compradores e a forma de negociação* (se em bolsa de valores ou não) nada foi informado por nenhuma companhia. O valor das vendas com C.C. não foi mencionado por nenhuma empresa. Referente aos aspectos tributários não há qualquer informação evidenciada no RAs e nas NEs das empresas. Isso impossibilitou conhecer como as empresas brasileiras que compõem o ICO₂ estão tributando as operações com C.C. e qual a natureza jurídica que aplicam às RCEs.

Conclui-se que as informações evidenciadas nos RAs e NEs das empresas pesquisadas demonstram a negligência destas em adequarem suas informações sobre o impacto gerado ao meio ambiente, problemas em delimitar a existência de uma obrigação futura quanto ao direito de poluir, inconsistência das informações divulgadas, custo insuficiente ou não mensurável e reduzida transparência com relação aos danos provocados em suas demonstrações contábeis.

Recomenda-se, ainda, a realização de novas pesquisas para trabalho futuros adotando-se a análise da evidenciação das operações com C.C. em um período maior a fim de verificar se as empresas evoluíram e se estão evidenciando detalhadamente em suas demonstrações contábeis a sua preocupação com o meio ambiente através do desenvolvimento de projetos de MDL que possam equilibrar a quantidade de emissão GEE.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. P. **Como comercializar créditos de carbono**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2007.

BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. **Mercado de Carbono**. Disponível em: <

http://www.bmf.com.br/bmfbovespa/pages/mbre/download/Carbono_100407_pt.pdf?Idioma=pt-br>. Acesso em: 27 mai. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). **Convenção sobre mudança do clima**. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio de Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Brasília, 1999. 27 p. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2011.

_____. **Financiamento no âmbito do MDL**. Brasil, 2008. Disponível em:<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/61463.html>>. Acesso em: 27 mai. 2011.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-mc-mdl.pdf>>. Acesso em: 24 de mai. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
INSTITUTO CARBONO BRASIL (ICB). **Mercado de Carbono**. 2011. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/#mercado_de_carbono>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. **Protocolo de Quioto**. 2011. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/mercado_de_carbono/protocolo_de_quioto>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIEL, C.V.; COELHO, A.R.G.; SANTOS, A.M.; LAGIOLA, U.C.T.; LIBONTATI, J.J.; MÂCEDO, J.M.A. **Crédito de Carbono: comercialização e contabilização a partir de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo**. RIC - Revista de Informação Contábil. Vol. 3, no 1, p. 89-112. Jan – Mar/2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/180/128>>. Acesso em: 29/05/2011.

PELEIAS, I. R. BITO, N. S. ROCHA, M. T. PEREIRA, A. C. SEGRETI, J. B. **Tratamento contábil dos projetos de Crédito de Carbono no Brasil: um estudo exploratório**. In: ENANPAD, 22., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.

PEREIRA, M. A. M. NOSSA, V. NOSSA, S. N. **Momento de reconhecimento da receita proveniente da venda de créditos de carbono: O Caso de uma operadora de aterro sanitário no Estado do Espírito Santo**. Revista Contabilidade Vista & Revista. Vol. 20, n. 2, p. 99 – 133, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/616/422>>. Acesso em: 29/05/2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, V. BEUREN, I. M. RAUSCH, R. B. **Evidenciação das operações com créditos de carbono nos relatórios da administração e nas notas explicativas**. In: XI ENGEMA, 2009, Fortaleza.

SOUZA, A. L. R. COSTA, A. ANDRADE, C. FARIAS, L. G. Q. **O mercado de carbono regulado brasileiro e as formas de comercialização de projeto de MDL: barreiras e perspectivas em uma empresa de papel na Bahia**. In: XII ENGEMA, 2010. São Paulo.

UHLMANN, V. O. ; PFITSCHER, E. D. **Contabilização dos Créditos de Carbono por Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**. In: XI ENGEMA, 2009, Fortaleza.